

Sumário

Prefácio	1
1 Introdução	7
2 A Corrupção como Fenômeno Multidisciplinar e Suas Causas e Consequências Internacionais e Nacionais	11
2.1 A Corrupção como Fenômeno Global.....	13
2.1.1 A construção de um conceito	17
2.1.2 As causas e consequências da corrupção no contexto internacional	22
2.2 A Corrupção no Brasil.....	30
2.2.1 Raízes históricas da corrupção	33
2.2.2 Extensão territorial, excesso de burocracia e outros fatores determinantes.....	42
2.3 Áreas Críticas Onde a Corrupção Transita na Realidade Brasileira	45
2.3.1 Corrupção política	47
2.3.2 Corrupção na administração pública	50
2.3.3 A evolução do crime organizado	53
3 Marcos Normativos Internacionais e Nacionais de Controle à Lavagem de Dinheiro Enquanto Espécie Corruptiva	59
3.1 Conceito e Principais Características do Crime de Lavagem de Dinheiro	62
3.1.1 Fases.....	65
3.1.2 Modalidades mais utilizadas	68
3.1.2.1 Mescla (<i>Commingling</i>).....	70
3.1.2.2 Empresa de fachada ou fictícia.....	71
3.1.2.3 Operações em centros de <i>Offshore</i>	72

3.1.2.4 Bolsas de valores	74
3.1.2.5 Utilização de criptomoedas.....	75
3.2 Marcos Normativos de Controle à Lavagem de Dinheiro no Âmbito Internacional	77
3.2.1 A legislação Italiana - 1978	79
3.2.2 A legislação Americana - 1986.....	79
3.2.3 Convenção de Viena – 1988.....	82
3.2.4 Declaração de Basileia – 1988	84
3.2.5 Criação do FATF (<i>Financial Action Task Force</i>) ou GAFI (Grupo de Ação Financeira): 40 recomendações.....	85
3.2.6 Criação do CFATF (<i>Caribbean Financial Action Task Force</i>).....	87
3.2.7 Criação do Grupo de <i>Egmont</i>	88
3.2.8 As Diretivas da União Europeia	89
3.3 Marcos Normativos de Controle à Lavagem de Dinheiro no Brasil	91
3.3.1 A criminalização da lavagem de dinheiro - Lei nº 9.613/98	92
3.3.1.1 Rol de crimes antecedentes.....	93
3.3.1.2 Bem jurídico tutelado.....	94
3.3.1.3 Mecanismos de controle	100
3.3.2 Alterações legislativas e a ampla reforma realizada pela Lei nº 12.683/12	101
4 Análise das Medidas de Tratamento Administrativo e Processual à Lavagem de Dinheiro no Brasil.....	105
4.1 O Sistema Brasileiro de Controle Administrativo à Lavagem de Dinheiro.....	110
4.1.1 O papel do Conselho Nacional de Combate à Atividades Financeiras Ilícitas (COAF)	111
4.1.2 Exigência legal de políticas, procedimentos e controles internos (programa de <i>compliance</i>)	118

4.1.3 A Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro (ENCCLA)	129
4.2 Medidas de Enfrentamento Processual à Lavagem de Dinheiro (“Técnicas Especiais de Investigação”).....	138
4.2.1 Colaboração premiada	139
4.2.2 Captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos	147
4.2.3 Ação controlada	151
4.2.4 Infiltração de agentes policiais.....	153
4.2.5 Acesso a registros, dados cadastrais, documentos e informações	158
4.2.6 Intercepções de comunicações telefônicas e telemáticas	161
4.2.7 Afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal.....	164
5 Considerações Finais	169
Referências Bibliográficas.....	187